

Corpos (in)dóceis ou o domínio dos ouvintes sobre os surdos

Maria Izabel dos Santos Garcia*

As reflexões que atravessam o conteúdo dessa proposta são as relações de poder e dominação dos corpos das pessoas deficientes, particularmente os surdos. A mesma tem por base alguns conceitos tratados por Foucault, Canguilhem e Guattari, como norma, discurso, controle social, disciplinarização de corpos e subjetividade. Foucault, em seus trabalhos, aponta para a questão de como o corpo serviu na formulação de um saber, de um discurso de poder. Como Canguilhem, ele propõe uma nova concepção para se pensar o estado normal dos indivíduos, a vida como atividade normativa, como polaridade. No caso dos surdos, o lugar da deficiência e da surdez vem sempre acompanhado de um sentido ouvintista (aquele que provém das pessoas que ouvem pelo canal auditivo). Por esse caminho e perseguindo o método foucaultiano, procuramos fazer uma análise do adestramento de corpos surdos, através do controle disciplinar imposto pelo poder dos ouvintes.

PALAVRAS-CHAVE: surdos - corpos - poder - disciplina - controle social

Las reflexiones que atraviesan el contenido de esa propuesta son las relaciones de poder y dominación de los cuerpos de las personas discapacitadas, en particular los sordos. La misma se basa en algunos conceptos tratados por Foucault, Canguilhem y Guattari, como estándar, discurso, control social, disciplinamiento de cuerpos y subjetividad. Foucault, en su obra, apunta a la cuestión de cómo el cuerpo sirve en la formulación de conocimiento, de un discurso del poder. Como Canguilhem, él propone una nueva concepción para pensar el estado normal de los individuos, la vida como actividad normativa, como polaridad. En el caso de los sordos, el lugar de la discapacidad y la sordera siempre va acompañado de un sentido ouvintista (el que proviene de las personas que escuchan por el canal auditivo). De esa manera y persiguiendo el método foucaultiano, hacemos un análisis del disciplinamiento de los cuerpos sordos, a través del control disciplinario impuesto por el poder de los oyentes.

PALABRAS CLAVE: sordos - cuerpos - poder - disciplina - control social

Introdução: corpo e poder em Foucault

*“(...) o grande fantasma é a idéia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades.”
(Foucault, 1995:146)*

O presente texto enseja analisar, pelo viés metodológico foucaultiano, a história de dominação dos corpos de pessoas deficientes – particularmente os surdos – ao longo da história. Para tal, partiremos da idéia de que a noção atual de corpo deixa de imprimir o castigo e o suplício como forma de controle, dando lugar a um tipo de dominação que toma por base os saberes e discursos científicos entrelaçados à prática do poder.

Michel Foucault, em sua obra, aponta para a questão de

como o corpo – ao menos desde o século XVI – sempre serviu na formulação de um saber, de um discurso de poder: “[...] o corpo dos condenados se tornava coisa do rei, sobre o qual o soberano imprimia sua marca e deixava cair os efeitos de seu poder” (1996: 98). Esse poder, legitimado por meio das práticas de suplícios em praça pública, oficializa o direito do soberano de fazer morrer e deixar viver. O mesmo fortalecia não só um poder centralizado, como também a figura do rei. A lei é expressão da vontade do rei.

Entretanto, ao final do século XVIII e começo do século XIX, essa força não é mais suficiente para sustentar a monarquia e, conseqüentemente, o poder soberano. Uma nova sociedade começa a se delimitar: a sociedade burguesa. Com isso, um novo poder emerge. Como elucidava Foucault, foram

“Os sistemas jurídicos – teorias ou códigos – [que] permitiram uma democratização da soberania, através

* Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

da constituição de um direito público articulado com a soberania coletiva, no exato momento em que esta democratização fixava-se profundamente, através dos mecanismos de coerção disciplinar.” (1995: 188-189)

De acordo com o autor, o poder disciplinar é fruto de uma concepção renovada da sociedade, presente em grande parte da Europa após o fim do poder soberano. Essa nova sociedade liberal crê que o poder disciplinar é a forma mais garantida de assegurar a ordem. Devido a isso, o sucesso do poder disciplinar “se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault, 1996: 153). O suplício dá lugar à perda de um bem ou de um direito, como técnica de punição. Os castigos sobre os corpos são suavizados, dando lugar a um deslocamento da punição. Essa passa a ser exercida, principalmente, a partir dos novos saberes que preconizam modelos de normatização dos corpos, a fim de moldar o comportamento dos indivíduos. Foucault utiliza a idéia de panóptico de Bentham para apontar a sujeição constante do indivíduo nas relações de poder. Essa nova forma de controle social permite certo anonimato no exercício desse poder, que se realiza de modo automático e desindividualizado. Conseqüentemente, os indivíduos – sujeitos a esse poder – são treinados e modificados em seus comportamentos. Assim,

“A disciplina fabrica [...] corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo.” (1996:127)

A disciplina tem como objetivo produzir indivíduos que não se rebelam frente a determinado sistema tanto político ou econômico. E é desse modo que o corpo se torna um objeto de controle disciplinar que, por sua vez, gera um Estado que garante a *ordem* e o *equilíbrio*¹ social. Antonio Negri e Michel Hardt, seguindo o pensamento foucaultiano, afirmam que

“[...] a sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. [Na sociedade de controle] os mecanismos de comando [são] distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração e de exclusão próprios do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos.” (2001: 42)

Para os autores, atualmente o poder é praticado através de máquinas que organizam o cérebro com a finalidade de alcançar “um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade” (Negri e Hardt, 2001: 43). Essa espécie de letargia social também pode ser entendida como provocada pelo dispositivo de captura acionado pelo Estado – antes pelo rei – com vias a assegurar o controle que mantém a ordem das coisas. Coisas essas nominadas, classificadas, enquadradas em determinado padrão histórico que, por sua vez, é muito bem datado. Assim, a “disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente” (Foucault, 1996: 147).

O poder único deixa de existir e passa a se legitimar através de mecanismos e dispositivos disciplinares, dentre eles o panóptico, que objetivam adestrar e docilizar os corpos de todos aqueles tidos como prejudiciais ao funcionamento da sociedade. Para tal, não é mais necessário o castigo imputado aos corpos. Basta sua sujeição às tecnologias de poder presentes nas instituições – escolas, asilos, hospitais, prisões e outras – que visam não só a classificação dos sujeitos, mas também seu adestramento. Assim, os corpos – deficientes ou não – se mostram cada vez mais dóceis e submissos na manutenção do controle social das sociedades modernas. O olhar é suficiente para colocar cada indivíduo no seu devido lugar.

Sobre corpos ditos deficientes

“A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras formas de vida possíveis.”
(Canguilhem, 1995: 113)

Para Foucault existe uma relação direta entre poder e saber, quer seja, entre poder político e conhecimento. O autor afirma que nas “sociedades indo-européias [...], o poder político era sempre detentor de um certo tipo de saber. [...] Saber e poder eram exatamente correspondentes, correlativos e superpostos.” (Foucault, 2002: 49). Podemos afirmar não haver relação de poder que não esteja intrinsecamente vinculada a um campo de conhecimento, de saber. Da mesma forma, não há conhecimento/saber que não corresponda a um dado poder.

O autor defende que o poder (ou os poderes) está presente em todos os lugares, atravessando as relações que se estabelecem no emaranhado das redes sociais. Por essa via de pensamento, qualquer prática profissional e o conhecimento científico (ou saber) que ela engendra, são dispositivos de poder. Assim, o dizer sobre determinado objeto é fundamental no exercício desse poder e na própria constituição do saber sobre o mesmo. O importante aqui é ressaltar que não se

1 Grifos da autora.

pode afirmar nada sobre algo que não esteja, potencialmente, capturado por um saber-poder. Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, assim como não é muito fácil dizer alguma coisa nova sobre qualquer objeto, pois o *zeitgeist* necessariamente se impõe.

Um objeto não preexiste a si mesmo, mas só existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações de poder. Estas são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização, etc. Tais relações não estão presentes no objeto mesmo. Não são as relações que definem sua constituição interna, porém serão elas que permitirão ao objeto surgir e ser colocado em um campo de exterioridade. São estas relações que caracterizam o próprio discurso enquanto prática (Foucault, 1995). O dizer sobre os deficientes não escapa a essa ordem.

Como apontado por Lilia Ferreira Lobo (1997), foi a partir do estabelecimento das práticas de compartimentarização do assistencialismo, que as pessoas com deficiências começaram a ser notadas. Antes, suas diferenças não causavam incômodos, pois não eram objeto de saber nem de cuidados. A medicina, juntamente com outras disciplinas, irá inventar um regime de enunciados para dar conta deste novo objeto que começa a se desvelar no contexto social, em fins do século XIX e início do século XX.

Neste contexto, um novo olhar sobre os deficientes ganhará consistência: 1) um olhar negativo, onde sua diferença passará a ser vista como anormalidade; e 2) um olhar naturalizador que classifica e exclui os diferentes. As mais diversas produções que surgirão mais tarde no campo das deficiências, constituídas a partir de dispositivos de saber-poder, inscreverão as pessoas com deficiência no lugar ocupado por aqueles que estão em estado deficitário. Em nome de uma concepção de norma que conduz à marginalização e ao estigma, as práticas histórico-sociais demarcarão determinados lugares para os que escapam a um padrão estabelecido. Os deficientes tornam-se assim, uma violação da norma social instituída e a negação do padrão de normalidade.

A rigor, é muito difícil hoje em dia alguém estar excluído das instituições especializadas (escola, empresa, prisão, quartel, hospital, etc.) ou das classificações dos indivíduos que elas constantemente produzem. Desse modo, quase todos estamos integrados a uma rede institucional qualquer, e até o gueto não foge a esta orientação. É mesmo socialmente desejável que a inclusão do tipo “cada macaco no seu galho” aconteça. Haja vista o perigo que representam os que estão fora das malhas institucionais e seus dispositivos: os bandidos fora da prisão, as crianças de rua fora da família e da escola, os deficientes fora das instituições especializadas. É praticamente impossível alguém,

por mais socialmente “excluído” que seja, não estar classificado pelo simples olhar num fichário do hospício, abrigo, delegacia de polícia ou serviço assistencial. Não estar submetido a uma classificação na ordem de um desvio qualquer e, mesmo que nenhuma providência seja tomada para melhorar sua condição na vida – o mais provável que aconteça – sofremos os efeitos da violência desta pseudo-integração e, surpreendentemente, lutamos para aperfeiçoá-la.

Vale ressaltar a importância dos dispositivos de institucionalização no processo de subjetivação das deficiências, responsável pela ordenação das diferenças e pela marginalização dos desvios em relação à norma. Aqui, a produção de saber é necessária não só para a existência dos mesmos – deficientes – como também para a existência dos ditos normais. Esse saber-poder gera a produção de controle, que interferirá na relação entre ambos: deficientes e normais. Esse olhar que tende para o negativo, para a desvalorização das potencialidades da pessoa com deficiência, se constituirá num saber sobre os anormais. Um saber que se apropriará de seus limites, relegando-os à exclusão. Lobo afirma que:

“Os dispositivos de institucionalização, enquanto práticas discursivas e não discursivas, funcionam como mecanismos de separação dos indivíduos, empregando cada um, tecnologias próprias de sujeição. Os dispositivos discursivos dispõem de todo um conjunto de saberes de uma época, que articulados a objetivos de poder, produzem uma racionalidade aos objetos que constroem, garantindo a competência de quem pode falar sobre eles, um novo objeto de sujeição para um novo sujeito do saber.” (Lobo, 1997: 494)

Segundo Félix Guattari (1990), a subjetividade é essencialmente fabricada no registro do social. Melhor dizendo, no contexto de nossa realidade empírica. E para manter o contexto de realidade em que vivemos, há necessidade da instauração de sistemas de escalas de valores e de disciplinarização. Estes permitirão a abertura de um campo de valorização, onde os indivíduos aprenderão a se situar.

Desta forma, as pessoas com deficiência vão se encaixando e sendo encaixadas aos moldes sociais que lhes são cabíveis. Uma vez modelados, encontram “seu lugar” na sociedade. Um lugar “especialmente” criado para seres que nos amedrontam e nos afrontam com suas diferenças, que nos colocam frente a frente com nossos próprios sentimentos de fragilidade e finitude, que tanto queremos evitar.

Incapazes de ouvir, as pessoas surdas são consideradas fora do padrão de normalidade e seu desvio imediatamente as aloca numa categoria inferior a das pessoas ouvintes, aquelas que ouvem pelo canal auditivo. De acordo com Skliar:

“A configuração do ser ouvinte pode começar sendo uma simples referência a uma hipotética normalidade, mas se associa rapidamente a uma normalidade referida à audição e, a partir desta, a toda uma seqüência de traços de outra ordem discriminatória. Ser ouvinte é ser falante e é, também, ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado, etc. Ser surdo, portanto, significa não falar – surdo-mudo- e não ser humano.” (2001: 21)

Antes fisicamente exterminados, agora os deficientes passam ao discurso da regeneração, da normalização. E essa função cabe aos especialistas, aos profissionais do saber-poder. Como apontado por Foucault (2001), é bem clara a atualização do ordenamento em diferentes épocas. E, retomando sua análise genealógica, o poder se deslocou da figura do soberano para a sociedade através das instituições. Entretanto, junto a esses novos dispositivos de poder – dado o imbricamento das relações de controle sobre os corpos – outros territórios são demarcados, novas palavras de ordem são brandidas. Assim, ao constituir uma genealogia do poder, Foucault propõe que este não se esgota em uma espécie de negatividade, mas afirma existir um traço positivo no poder que ao mesmo tempo em que produz opressão, produz resistência.

“Um objeto não preexiste a si mesmo, mas só existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações de poder.”

Na carta de nº 21, dirigida a Blyenbergh, Baruch Espinosa (1979) considera ser absurdo dizer que o cego é imperfeito ou menos perfeito que um vidente. Para ele a cegueira não é ausência de visão, e sim apenas mais uma forma de existir. No trabalho de Georges Canguilhem (1995) podemos encontrar certo eco espinosiano, quando este questiona o modo de definição dos conceitos de normal e patológico trazido pelo pensamento científico. Pensa Canguilhem que tais conceitos não oferecem uma forma clara de entendermos não só o que vem a ser normal como também o que escapa ao fenômeno da normalidade.

Como muito da produção de subjetividade sobre os surdos e sua língua ainda se inscreve em modelos clínicos cujos pressupostos tomam por base a idéia de um corpo defeituoso, temos a construção de um discurso que – sob a égide da verdade científica – segrega esse grupo dentro de certos limites sociais. Um desses limites pode ser percebido na, ainda presente, educação especial: área da educação brasileira

especializada na construção de ferramentas educativas voltadas ao “atendimento” dos chamados portadores de necessidades especiais. Na verdade, esse tipo de dispositivo no universo da educação representa mais que a tentativa de inclusão, uma ferramenta do Estado para obter controle sobre esse grupo social.

Justamente por isso acreditamos ainda ser um grande desafio desfazer-se dos estigmas que inscrevem e congelam o modo de existência dos surdos no lugar da deficiência – aqui considerada como lugar de produção de um tipo subjetividade que estigmatiza – e que realça a falta de audição como aquilo que difere, unicamente, as pessoas surdas das ouvintes.

Uma breve contextualização histórica da surdez no Brasil

“A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder.”
(Bourdieu, 1983: 160-161)

No Brasil como em muitos outros países, ainda é comum a produção da literatura acadêmica sobre os surdos estar atrelada aos especialistas – profissionais *autorizados*² a falar do ponto de vista técnico e teórico. Claro que esse fato não é absolutamente inusitado, tão-pouco desqualifica o fazer acadêmico na área da surdez. Ademais, há muito que as categorias científicas cuidam de nomear diferentes fenômenos, sejam eles físicos, biológicos, psicológicos ou sociais. Somente na última década podemos sentir um novo frescor com a produção de teses e dissertações pelos próprios surdos, principalmente nas universidades situadas ao sul e sudeste do país.

Ainda assim, a impregnação do olhar que chamaremos “patologizante” das deficiências de um modo geral e da surdez em particular, produziu um entendimento que focaliza, principalmente, a privação física ou sensorial em detrimento de aspectos como a construção das redes de sociabilidade, dos modos de subjetivação e do uso de uma modalidade lingüística bem distintiva.

Entender a constituição desta patologização da deficiência vem sendo uma das tarefas de Lobo. Segundo a autora, os deficientes foram considerados durante vários séculos como monstros, um “infortúnio de vidas cinzentas para a história e que se desvanec[iam] nos registros porque ninguém as considera[va] relevantes para serem trazidas à luz” (Lobo *apud* Garcia, 1999: 31), existindo apenas como “algumas vidas em meio a uma multidão de outras, sem nenhum valor” (Lobo, *ibidem*). Seres “invisíveis” na história social.

Por volta do século XIX, as atenções se voltam para a hereditariedade, um elemento útil à manutenção da ordem

2 Grifos da autora.

social e que pode produzir o “dessemelhante” (Lobo *apud* Garcia 1999: 32). Nesta categoria serão incluídos, embora em diferentes graus, artistas, gênios, poetas e, é claro, os deficientes subdivididos em curáveis e incuráveis. Foi então necessário identificá-los³ para que sobre eles possam ser aplicadas técnicas e procedimentos de “regeneração”⁴. Esses “dessemelhantes” passam a ser a grande preocupação de psiquiatras, médicos legistas e antropólogos, não tardando para que essa idéia fosse também absorvida pelo discurso “médico-pedagógico”.

Tentando escapar a essa concepção, em 26 de setembro de 1857, Ernest Huet, professor surdo francês, funda no Brasil sob o apoio de D. Pedro II, um internato para educação de pessoas surdas do sexo masculino, o INSM (Imperial Instituto Nacional dos Surdos-Mudos⁵) – órgão do Ministério da Educação com sede na cidade do Rio de Janeiro. Huet implementa um método de ensino que – já naquela época – respeitava a língua de sinais no espaço escolar de surdos. Por falta de apoio, entretanto, Huet abandona o Brasil, deixando essa experiência a cargo de profissionais da medicina.

Aqui é importante ressaltar que, atualmente, por línguas de sinais entende-se a modalidade visual-gestual usada por surdos em diferentes países. As mesmas possuem sintaxe e gramática próprias, gozando – ao menos entre a maioria dos lingüistas – de status lingüístico tal qual as línguas de modalidade áudio-orais como o português e o espanhol. Vale acrescentar que, por serem línguas naturais, as línguas de sinais possuem variações dialetais e diferem de acordo com a nacionalidade dos surdos.

Após a saída de Huet, Tobias Leite, médico-chefe da Secretaria de Saúde do Estado, assume a direção do INSM. E, quase trinta anos depois, afirmará serem os surdos possuidores de “uma face pálida, a fisionomia morta, o olhar fixo, a caixa *torácica*⁶ deprimida, movimentos lentos e o caminhar trôpego e oscilante, é excessivamente tímido e desconfiado” (Leite *apud* Garcia, 1999: 34) e seu progresso educacional dependeria de uma clara demonstração de afeto por parte de seus educadores, pois “de outro modo não se poderia obter dele confiança, nem dominar sua índole selvagem” (Leite, *ibidem*). Tal definição mostra o quanto as classificações sempre serviram ao estabelecimento e à manutenção do poder-saber que constitui as fissuras sociais.

3 Mais tarde, surgirão instrumentos mais sofisticados nessa identificação, como por exemplo, os testes de inteligência e de personalidade (Garcia, 1999: 33).

4 Um pouco antes do trabalho de Morel, vinha sendo bastante difundida na Europa a frenologia – estudo do caráter e das funções intelectuais humanas, com base na conformação do crânio (Garcia, 1999: 32).

5 Em 06 de julho de 1957 passa a se denominar INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos (ESPAÇO – Informativo Técnico Científico do INES, Edição Especial, 1999).

6 Grifos do autor.

Assim, a história do INSM se encontra atrelada à própria história de disciplinarização e docilização dos corpos de surdos. Nessa época, na Europa, muito se discutia acerca da educação de surdos e já havia certo consenso quanto à possibilidade de educá-los. Vários métodos passaram à prática a fim de atingir tal objetivo.

Segundo Pierre Oléron (1950), lingüista francês, foi o italiano Jerônimo Cardan o primeiro a cogitar, ao menos em teoria, a possibilidade de educar pessoas surdas. Mas as primeiras experiências educacionais de surdos, entretanto, teriam acontecido na Espanha, no Monastério Beneditino de Oña, com a iniciativa do monge Pedro Ponce de Leon. De acordo com Steve Baldwin, também foi na Espanha que se acredita ter ocorrido o primeiro batismo de uma criança surda, em 1555. Até então, as “almas” das crianças tidas como incapazes não eram “salvas” por se acreditar que elas “estavam levando os pecados dos pais” (1988: 07).

Em 1883, Alexander Graham Bell, médico escocês, conhecido como o inventor do telefone, publica *Memoir upon the formation of the deaf – variety of the human race*, livro no qual defende o método oralista para educação de surdos. Sua principal preocupação era a de que os matrimônios entre pessoas surdas⁷ “produzissem” mais pessoas surdas. Ele próprio, casado com uma mulher surda, Mabel Hubbard Bell⁸. Apesar de não ter obtido apoio para a proibição legal de matrimônios entre surdos, ele saiu vencedor em relação ao banimento da língua de sinais dos meios escolares de surdos. Essa idéia se concretizou logo após a realização de um grande congresso de educadores de surdos, realizado em Milão, em 1880. Então, ficou “acertado” entre representantes de vários países que a atenção na educação de surdos estaria voltada à oralização, ou seja, à vocalização dos sons da fala.

Desse modo, o Congresso de Milão é tido entre os pesquisadores da área como um marco que funda um momento da história dos surdos no qual a sinalização (uso da língua de sinais) em escolas passa a ser proibida, e essas adotam somente as técnicas oralistas (uso da língua áudio-oral) na educação de surdos. A partir daí foram criados diversos artifícios para obrigar alunos surdos a usarem somente a modalidade oral como forma de comunicação. Para tal, os mesmos eram forçados até mesmo a sentarem sobre suas mãos para evitar qualquer comunicação através da “mímica”. Aos corpos de

7 De acordo com a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, embora não se tenha um levantamento preciso sobre a taxa de casamentos de surdos entre si, essa é uma característica marcante da “cultura dos Surdos”. Estima-se que nove de cada dez membros da “comunidade de surdos” casam com outros membros do seu grupo cultural. Menos de 10% dos casais de surdos teriam filhos também surdos. Esse fato contradiz muitas teorias que apontavam a hereditariedade como a principal causa da surdez, e que justificaram a prática de esterilização e a proibição de casamentos entre surdos até o século passado.

8 Cogita-se ter sido a condição de sua esposa (ou mãe) o que teria incentivado Bell na invenção de um aparelho de amplificação sonora, que resultou no telefone atual.



surdos são impostas formas de adestramento que os impedem de usar sua língua natural.

No que tange a categoria de deficiência, poderíamos ainda nos perguntar o que é deficiência ou o que é ser deficiente, e encontrar respostas rápidas do tipo “o que não é eficiente”, “incapaz de”, “inabilitado” etc. No entanto, sabemos que em circunstâncias específicas, qualquer humano pode ser considerado incapaz de algo. Por essa via de compreensão, a deficiência deixa de ser entendida como pertencente à pessoa e passa a ser algo inerente a qualquer humano. Mas, por mais naturalizante e piegas que essa concepção possa parecer, é esse o discurso que impregna muito do que ainda é dito sobre as pessoas deficientes.

Acerca do adestramento de corpos surdos

“O corpo está imerso em um campo político, sofre os efeitos dos poderes, é marcado, investido e fabricado por eles.”

(Prado Filho, 1995: 26)

Carlos Skliar aponta que nas três últimas décadas, acentuou-se a concepção de um discurso sobre as práticas educacionais, “que entre outras razões, permite desnudar os

efeitos devastadores do fracasso escolar massivo, produto da hegemonia de uma ideologia clínica dominante na educação dos surdos” (Skliar, 2001: 01). Na educação de surdos ainda prevalecem dois grandes modelos: o clínico e o sócio-antropológico.

O modelo clínico enfatiza as práticas discursivas e os dispositivos pedagógicos da patologia e da deficiência, propondo terapias para o desenvolvimento da fala e a cura da surdez. Já o modelo educacional com um viés sócio-antropológico opõe-se ao modelo clínico e enfatiza a “cultura surda”, a “comunidade surda”, a língua de sinais, dentre outros aspectos, como fundamentais para que uma nova política educacional para surdos se consolide. Skliar alerta, entretanto, que ambos mantêm uma relação não-dicotômica ao representarem os surdos como deficientes ou como minoria lingüística. Desse modo, o autor sinaliza que as oposições entre os dois modelos servem mais para

“[...] identificar os matizes, os espaços vazios, os interstícios, os territórios intermediários que não estão presentes nesses modelos, mas que transitam, flutuam entre eles como, por exemplo, as significações lingüísticas, históricas, políticas e pedagógicas” (Skliar, 2001: 09).

É sobre esse discurso que o sujeito surdo militante tem se posicionado, juntamente com aqueles que vivenciam de perto a problemática enfrentada no âmbito educacional. Essa afirmativa vale não só para o surdo brasileiro, mas também para surdos de muitas outras nacionalidades. Então, “o que está mudando são as concepções sobre o sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre as políticas educacionais, a análise das relações de saberes e poderes entre adultos surdos e adultos ouvintes, etc.” (Skliar, 2001: 07). No entanto, tal fato não foi capaz de alterar a educação oferecida aos surdos, seja por não considerar esse modo de existência, seja pelos discursos ainda estarem a serviço do adestramento, da normatização dos corpos surdos.

“O poder disciplinar produz tanto o saber, como seus objetos. O corpo, por sua vez, tornou-se instrumento de exercício e regulação de poder, ou seja, o lugar em que as marcas destas produções subjetivas podem ser observadas.”

É importante lembrar que, a partir dos dispositivos de disciplinarização, “os anormais foram úteis também como fonte de admoestação para os novos dispositivos de coerção e de controle social” (Lobo, 1997:291). Entretanto, isso contribuiu ainda mais para marginalizar aqueles tidos como anormais, “considerados fardos sociais [e], ainda hoje no Brasil, corpos descartáveis” (Lobo, 1997:292). Acrescentamos ainda que, de acordo com a proposta de Canguilhem (1995), é imprescindível repensar as definições conceituais de normal e anormalidade. Através do exame cuidadoso do termo norma, o autor apontará para o equívoco da utilização destes termos por diversos campos do conhecimento. Etimologicamente o termo norma significa “aquilo que não se inclina nem para direita nem para esquerda” (Lalande, 1951, apud Lobo, 1997), portanto um modo dual (ou binário) de estar na vida, sempre em referência a um possível oposto.

Por essa lógica – ou discurso – o anormal passa a ser tudo o que se desvia da norma estabelecida nos sentidos ontológico, estatístico e axiológico. Para Canguilhem estes desvios não são vistos como patologia, mas sim como emergência da diferença, produção do novo, ato de criação. Ele propõe uma nova concepção para se pensar o estado normal dos indivíduos,

a vida como atividade normativa, como polaridade. A vida que segue um processo contínuo de constituição de normas não passíveis de formalização para, desta forma, proteger tudo que poderia impedi-la de ser.

Como fruto da luta pelo reconhecimento dos direitos da pessoa surda, podemos observar que a despeito de emergirem novas posturas sobre o tema, permanece um discurso sobre os surdos de cunho assistencialista e paternalista. Implicitamente, talvez, ainda se percebe a pessoa surda como incapaz, ineficiente, anormal. O maior avanço nessa área fica por conta da maior visibilidade que, a partir da regulamentação da LIBRAS, palavra de ordem entre os militantes, vem ganhando junto aos dispositivos institucionais e midiáticos. Um exemplo é dado por Adriana Thoma ao declarar que:

“As formações discursivas sobre os/as surdos/as presentes [em filmes sobre a surdez e os surdos] são derivados de saberes que, em geral, falam de sujeitos patológicos, anormais, sujeitos a corrigir. Como todo saber deriva de uma vontade de poder, o saber ouvinte presente nas representações e nos discursos sobre a surdez e os/as surdos/as é resultado de uma vontade de controle sobre os corpos surdos para que se mantenha uma espécie de hierarquização ou supremacia dos/as que ouvem sobre os/as que são surdos/as, sustentando os binarismos inventados pela modernidade.” (Thoma, 2004: 68)

A imposição da oralização pelas escolas levou à “expulsão” dos professores surdos das salas de aula, fato bastante significativo uma vez que, segundo Karin Strobel, pesquisadora em educação de surdos, o uso da língua áudio-oral em sala “como principal forma de comunicação, nos faz questionar [...] se a inclusão oferecida significa integrar o surdo” (Strobel, 2008: 100). Para a autora, não se trata de inclusão e sim de adaptação da educação dos surdos aos moldes ouvintistas, não servindo esta como parâmetro para os surdos.

Assim, a surdez ainda é marcada a partir de estratégias de poder que a colocam dentro do discurso do saber-poder advindo com a medicina, que vê a surdez como deficiência a partir de sua institucionalização, nos desdobramentos das práticas de poder a partir da idéia de normalização do indivíduo surdo e, por fim, daquilo que podemos chamar por forma de resistência ou movimento de ruptura com o poder instituído. Esse último tem seu lugar nos movimentos sociais de surdos. Assim, podemos observar que muito ainda se deve a esse grupo social. O corpo surdo ainda é estigmatizado e visto como anormal. O controle disciplinar dos ouvintes sobre os surdos continua a existir.

Algumas reflexões finais

“Não cessamos de passar das palavras de ordem à ‘ordem muda’ das coisas, como diria Foucault, e vice-versa.”
(Deleuze y Guattari, 2002: 28)

Ao longo desse trabalho tentamos traçar um caminho que apontasse as questões da deficiência, particularmente a surdez, dentro de um enfoque foucaultiano, com atenção especial aos conceitos de poder e disciplinarização. Através deles pudemos compreender, ainda que brevemente, como as relações de poder entre corpos ouvintes e corpos surdos (ou deficientes auditivos), de certo modo vem contribuindo para o controle disciplinar e adestramento desses indivíduos.

O poder disciplinar produz tanto o saber, como seus objetos. O corpo, por sua vez, tornou-se instrumento de exercício e regulação de poder, ou seja, o lugar em que as marcas destas produções subjetivas podem ser observadas. Esse corpo é entendido como a superfície de inscrição dos acontecimentos, lugar onde se encontram os estigmas que classificam e capturam os sujeitos. O poder se exerce até seus limites e, assim, o corpo individual não é mais o principal alvo do adestramento, mas sim o corpo social.

Desse modo, a sociedade ordena e produz diferentes espaços de sociabilidade, forçando muitas das vezes a uma produção nem sempre compatível com os anseios de seus membros. Daí a criação de novas subjetivações, por parte daqueles ainda capazes de burlar essa força reguladora e criar novos territórios, novas palavras de ordem num espaço social cada vez mais complexo. Esse, longe de ser ordenado e homogêneo, como apreendido racionalmente, apresenta-se orgânico, mutável e fragmentado em diferentes condições de interações humanas, produtos das novas práticas e narrativas.

Com a transformação das formas punitivas dos suplícios, dando lugar a suavidade dos castigos, ocorre o deslocamento da punição sobre o corpo. Isso implica em um novo regime de poder, em um emaranhado de saberes, técnicas e discursos científicos, que se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir. Sendo assim, o regime de poder disciplinar produz saberes que estrategicamente vão servir de mecanismo para moldar o comportamento dos indivíduos. Desse modo, os espaços são determinados por modelos que possibilitam a vigilância dos indivíduos a fim de controlá-los e discipliná-los.

Desse modo, a partir da breve discussão sobre a condição impostas aos deficientes em geral e aos surdos em particular, tentamos nesse trabalho estabelecer uma discussão sobre as produções de subjetividades no espaço social. Espaço social que se produz como reflexo de uma sociedade que procura reger e ordenar as atividades e convivências humanas. Espaço social que imprime, objetiva essas atividades e condiciona os

indivíduos, mas também produz formas de resistência.

Nesse sentido o espaço social é um complexo de múltiplas práticas discursivas em contextos de interação entre sujeitos que se expressam, “a favor” ou “contra”, uma dada condição imposta pelo grupo social dito majoritário, em detrimento dos movimentos de minorização provocados pelos que escapam ao ordenamento ●

Referências Bibliográficas

- Baldwin, S. (1988). “Genocide & Deafness”, en *Review The Voice*, mai-jun, p. 7-10.
- Bourdieu, P. (1983). “A economia das trocas lingüísticas”, en Ortiz, R. (org.) *Pierre Bourdieu: sociologia (pp- 156-183)*. São Paulo: Ática.
- Canguilhem, G. (1995). *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Deleuze, G. y Guattari, F. (2002). *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia – Volume 2*. São Paulo: Editora 34.
- Espinosa, B. (1979). *Os pensadores: obras escolhidas*. São Paulo: Abril Cultural.
- Foucault, M. (1995). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1996). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2001). *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Garcia, Maria Izabel dos Santos (1999). *Fala Zé Mudo: aventuras e desventuras de uma trajetória*. Dissertação de Mestrado/UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. São Paulo: Papyrus Editora.
- INES (1999). “Informativo Técnico Científico do INES”, en *Revista Espaço*. Rio de Janeiro: INES/MEC, n° 12, dezembro, p. 70-72.
- Lobo, L.F. (1997). *Os Infames da História: a instituição das deficiências no Brasil*. Tese de Doutorado/PUC – Pontifícia

Universidade Católica: Rio de Janeiro.

Negri, A. y Hardt, M. (2001). *Império*. São Paulo: Record.

Oléron, P. (1950). *Les Sourds-Muets*. Paris: Presses Universitaires de France.

Strobel, K.L. (2008). *As imagens do outro sobre a "cultura surda"*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Skliar, C. (2001). "Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade", en Skliar, C. (org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação.

Thoma, A da S. (2004). "A inversão epistemológica da anormalidade surda na pedagogia do cinema", en Thoma, A da S. y Lopes, MC. (orgs.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação* (pp. 56-69). Porto Alegre: EDUNISC.